

Câmeras acionadas por PMs de SP geram críticas

Governo do estado propõe mudança para 'controle melhor' das operações. Especialistas defendem que a gravação deve ser automática e ininterrupta, como é feito hoje, impedindo que o agente decida que momento vai registrar a ocorrência

GUILHERME CASTANO
gcastano@globo.com.br

O anúncio feito pelo governo de São Paulo sobre a aquisição de novas câmeras corporais para a Polícia Militar, que deverão ser acionadas voluntariamente pelo próprio policial, provocou um debate entre especialistas em segurança pública. Eles defendem que a gravação deve ser automática e ininterrupta, como é feito hoje, impedindo que o agente decida que momento vai registrar a ocorrência. A mudança proposta em edital, publicada na quarta-feira, contraria boas práticas adotadas mundo afora.

O governo prevê a troca das mais de 10 mil câmeras existentes, assim como a ampliação do número de equipamentos, para 12 mil. A iniciativa vem após uma série de declarações, tanto do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) quanto de seu secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, criticando a utilidade da política pública. O uso das câmeras corporais inibe que suas profissionais cometam irregularidades no expediente e pode se tornar uma prova a favor do próprio agente, em caso de conduta correta.

QUEDA NA LETALIDADE

Relatório publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública identificou uma queda de 62,7% na letalidade policial, entre 2019 e 2022, principalmente nos batallhões com uso dessas câmeras. Já um estudo do Instituto Sou da Paz mostrou que os casos de mortes de jovens (entre 15 e 24 anos) caíram 46% após a implementação das câmeras.

O documento com as especificações requeridas pelo governo exige que as câmeras se-



AS MUDANÇAS NO PROGRAMA OLHO VIVO

Quantidade de equipamentos

Como é: A PM tem 30.150 câmeras corporais em funcionamento.

Como vai ficar: O edital vai substituir as câmeras existentes e ampliar em 17% o número de equipamentos, com previsão de contratação de 12 mil câmeras corporais.

Modo de gravação

Como é: As câmeras atuais gravam

ininterruptamente em dois modos: vídeo de rotina captando imagens durante todo o turno de serviço do policial (12 horas) sem som. Quando acionada, a câmera passa a gravar o vídeo intencional, com captação do som ambiente e melhor. As câmeras não podem ser desligadas pelo policial, sendo acionadas automaticamente quando o botão da câmera é pressionado. Como vai ficar: As novas câmeras

gravarão apenas quando acionadas pelo policial ou de forma remota, extinguindo a funcionalidade de gravação ininterrupta.

Tempo de armazenamento

Como é: O tempo de armazenamento dos vídeos de rotina é de 90 dias e dos intencionais de 365 dias.

Como vai ficar: Os vídeos intencionais serão armazenados pelo prazo de 30 dias.

uma gravação retroativa de 90 segundos, anteriores ao acionamento, e não cinco minutos. Esse potencial registro só terá serventia se a câmera chegar a ser acionada, caso contrário será descartado.

O argumento da pasta é que a gravação ininterrupta fazia a PM perder material por conta do esgotamento da bateria, e que "não existe a possibilidade de uma ocorrência policial ser perdida", já que o edital exige bateria com vida útil de 14 horas, não mais de 12 horas, como os aparelhos hoje usados.

CÂMERAS DESLIGADAS

As mudanças feitas pelo governo de Tarcísio na prática acabam com o programa de câmeras corporais na PM, na avaliação de Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Evidências na literatura acadêmica apontam que, quando podem, policiais na maioria das vezes deixam de ligar a câmera ao atender a uma ocorrência, ou

por interesse próprio ou por simples esquecimento, de acordo com a pesquisadora.

—Ao acionar com a gravação ininterrupta, Tarcísio está acabando com o programa de câmeras corporais na PM. Se a gente for pensar, já era uma promessa de campanha dele.

O governo não é claro sobre em que circunstância o PM poderá ligar a câmera, o que para Samira é o principal problema do novo equipamento.

—Supostamente o critério é: o policial aciona a câmera quando ele vai fazer o atendimento de uma ocorrência, seja por conta de um despacho no 190 ou se ele viu uma situação em que vai ter que intervir. Esse é o grande problema. O policial tem que dar conta de agir logo para intervir e ainda apertar o botão para gravar. Por isso os índices de acionamento (voluntário) no mundo todo são tão baixos.

Tarcísio disse que dar poder para a polícia decidir se grava a ocorrência vai trazer um "controle melhor" das operações. —Você tem a possibilidade de retroagir no tempo. Por exemplo, (se) houve um espiamento, o Copom (Centro de Operações da Polícia Militar) pode acionar a câmera com tempo retroativo. Então você tem uma governança muito maior daquilo que vai ser gravado —afirmou Tarcísio.

Um grupo de 18 entidades especializadas em segurança pública, incluindo o FRSP, o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, o Instituto Sou da Paz e o Fogo Cruzado, divulgou nota manifestando preocupação com o edital. "Sob o discurso da ampliação e integração dos equipamentos a outras plataformas operacionais, o edital altera radicalmente o bem-sucedido programa iniciado quatro anos atrás", diz o comunicado.

Tarcísio traça plano para enxugar gastos e rever benefícios fiscais

Decreto prevê ainda a renegociação da dívida do estado com a União

HYNDARA FREITAS
hfreitas@globo.com.br

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) propôs um plano para reduzir gastos da administração pública e reavaliar benefícios fiscais concedidos a empresas. Um decreto publicado ontem instituiu o programa São Paulo na Direção Certa, que dá diretrizes para reduzir as despesas, ampliar os investimentos e reestruturar as agências reguladoras estaduais.

As medidas ainda precisam ser detalhadas. Mas o decreto prevê que a Secretaria de Fazenda e a Procuradoria-Geral do Estado deverão fazer estudos para identificar dividas tributárias que foram judicializadas e podem ser resolvidas por meio de acordo; e ampliar as hipóteses em que os créditos tributários do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) podem ser usados para quitar débitos.

Além disso, o texto estabelece que os benefícios fiscais que estão vigentes atualmente deverão ser reavaliados. Vale destacar que a revisão de alguns deles depende de projetos de leis e de aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaez), quando

R\$ 347 bi

É o valor da dívida do estado com a União. Uma das metas do governo de SP é tentar renegociá-la.



Tarcísio. Entre as medidas previstas está revisão de despesas pela máquina pública.

se trata de mudança no ICMS. Com relação às agências, a norma prevê que elas terão "autonomia e independência de gestão e de seus respectivos gestores".

Outra previsão do plano é que todos os órgãos e secretarias elaborem projetos para reduzir despesas correntes,

como locação de imóveis; compra de materiais de consumo; contratação de serviços de limpeza, manutenção e vigilância; serviços de telefonia e combustível; locação de veículos; pagamento de horas extras aos servidores; gastos com passagens aéreas e diárias, entre outros.

O decreto indica ainda o objetivo de modernizar a administração, o que pode incluir a mudança nos quadros de funcionários, nos salários e até a extinção de órgãos e entidades estaduais. O governo ainda pretende renegociar a dívida de R\$ 347,3 bilhões do estado com a União.

Dois estados que concentram a maior parte da dívida com a União — São Paulo, Rio de Janeiro (R\$ 192,3 bilhões), Minas Gerais (R\$ 174 bilhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 118,7 bilhões) — São Paulo foi o único que não solicitou adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), criado para auxiliar os entes mais endividados a sair do fundo do poço, exigindo medidas de responsabilidade fiscal como contrapartida ao alívio no pagamento da dívida.

SÓ NO CLASSIFICADOS DO RIO O PACOTE É GLOBAL: TEM WEB, TABLET, CELULAR E ATÉ JORNAL.

Oferta velha não resolve nada.

Imóveis, veículos, empregos e muito mais no Classificados do Rio.

Se ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.



Anuncie agora via
WhatsApp ou Telegram
21 2534-4333

